



Conteúdo

• RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4
• RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
• DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
○ BALANÇO PATRIMONIAL	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
○ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	
○ DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21

Relatório de Administração

Apresentamos o relatório da Diretoria da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A., em conjunto com as demonstrações financeiras do 1º semestre de 2023, com o relatório dos Auditores Independentes, conforme as disposições legais e estatutárias.

1. ACCREDITO

1.1. Institucional

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a Resolução CMN nº 5050/2022. A empresa atua exclusivamente por meio de uma plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros próprios. Seu foco está voltado às operações de empréstimos de capital de giro, financiamentos e aquisição de direitos creditórios.

A empresa tem como mercado-alvo as micro e pequenas empresas sediadas no Estado de São Paulo. Para atender a esse mercado, a ACCREDITO adota um modelo operacional de concessão de crédito conduzido por meio de seu aplicativo para web/smartphone, proporcionando uma experiência ágil e conveniente aos clientes.

O portfólio de linhas de crédito oferecido pela ACCREDITO inclui opções como capital de giro, financiamento e antecipação de recebíveis. Além disso, a empresa disponibiliza aos seus clientes uma conta digital, ampliando sua oferta de serviços financeiros.

Como uma de suas importantes iniciativas para distribuir, ofertar e divulgar seus produtos, a ACCREDITO estabeleceu uma relevante parceria com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP). Essa parceria permite a identificação de empresas potenciais para as linhas de crédito da ACCREDITO dentre os associados da FACESP. As mais de 420 associações comerciais congregadas atuam de forma prospectiva, realizando a abordagem comercial inicial junto às empresas interessadas.

No semestre anterior, a ACCREDITO expandiu seus serviços ao disponibilizar as funcionalidades do Pix - Pagamento Instantâneo em sua conta digital, o que adicionou mais conveniência e rapidez às transações financeiras de seus clientes. Além disso, a empresa incluiu novas modalidades na linha de antecipação de recebíveis, como Risco Sacado (sacado âncora) e Risco Cedente. Essas modalidades são oferecidas em parceria com plataformas eletrônicas que têm convênio de colaboração recíproca, permitindo a aquisição de créditos originados de compras de fornecedores dessas empresas.

1.2. Marca ACCREDITO

Neste semestre foi concluída compra da marca ACCREDITO, registrada junto ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob os números 827246447 e 827247389, classe 35, cujo direitos pertenciam à FACESP Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

1.3. Portfólio de Produtos e Serviços

Financiamento	Financiamento para adquirir máquinas, equipamentos, ferramentas, aplicativos, móveis ou outros bens duráveis, com prazo de pagamento de até 36 meses.
Financiamento para exportação	Financiamento pré-embarque para empresas que desejam obter o capital de giro adequado para a produção dos bens que serão exportados, oferecendo o crédito ideal para aumentar a competitividade e participação no comércio internacional.
Capital De Giro	Linha de crédito para apoiar o dia a dia das empresas, com parcelamento até 30 meses.
Antecipação de recebíveis	Modalidade que permite antecipar o recebimento de vendas realizadas por meio de cartão de crédito e/ou duplicatas.
Conta Digital	Conta de pagamento, para realização de pagamentos e transferências eletrônicas das pequenas empresas. Permite transações Transferências eletrônicas, PIX Pagamentos Instantâneos, recebimentos de boletos, contas de consumo e tributos, consultas de saldos e extrato. Sem incidência de tarifas e taxas.

1.4. Participação em Arranjos de Pagamentos

SPB – sistema de Pagamentos Brasileiro	Participante do SPB, sob o código ISPB 406, que permite a realização de operações financeiras pelos diversos agentes econômicos no Brasil, permitindo a transferência de recursos financeiros, em reais, em todo território nacional.
SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos	Participante do Pix - Sistema de Pagamentos Instantâneos, que possibilita transferências em tempo real entre instituições participantes do PIX, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.
CIP S.A. (Câmara Interbancária de Pagamento) - Nuclea	Integra a CIP – Nuclea para as operações, envolvendo boletos bancários, cartão de crédito/débito, registro de contratos de operações de antecipação de recebíveis de cartões de crédito com trava do domicílio bancário. Aceita transações das principais bandeiras: Visa, MasterCard, Elo, Hipercard, Amex, Cabal e Sorocred.
Open Finance	Detém autorização do Banco Central para integrar o Open Finance, sistema financeiro aberto regulado, que permite às pessoas físicas e jurídicas compartilharem voluntariamente seu histórico e dados bancários com outras instituições financeiras.

1.5. Governança Corporativa e Transparência

Ao adotarmos as boas práticas de Governança Corporativa, reforçamos nosso compromisso com os princípios fundamentais de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa.

Internamente, nossa estrutura de governança é composta por diferentes órgãos e comitês, incluindo a Assembleia Geral dos Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Comitês de Crédito e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), a Secretaria dos Conselhos e comitês, a Auditoria Interna, a Auditoria Externa, a Ouvidoria, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Crédito, e o Diretor de Tecnologia de Informação. A área de Governança é responsável por divulgar as regras, procedimentos e políticas que norteiam o monitoramento e controle dos riscos identificados na Avaliação Interna de Risco (AIR).

1.5.1. Políticas

Nossas políticas de governança corporativa têm como foco a transparência na gestão, o tratamento equitativo de todos os envolvidos e a prestação clara e objetiva de contas sobre nossas ações. Estas políticas são alinhadas com o Código de Conduta Ética e incluem:

- Política Cibernética;
- Política de Auditoria Interna;
- Política de Crédito e Cobrança;
- Política de Ouvidoria;
- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática;
- Política de Segurança da Informação;
- Política de Privacidade;
- Política do Plano de Continuidade;
- Política de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- Política de Relacionamento com o Cliente (conforme a Resolução nº. 4.949 do Conselho Monetário Nacional); e
- Política de Gestão de Risco.

Na Administração da ACCREDITO, as áreas Operacional e de Compliance compartilham a responsabilidade de propor atualizações e modificações nas políticas e manuais de controle interno sempre que houver alterações na legislação, regulamentos ou interpelações judiciais que exijam adaptações, introdução de novos produtos ou mudanças nos negócios.

É fundamental que cada colaborador se mantenha atualizado sobre assuntos relacionados à sua área de atuação.

1.5.2. LGPD

O tratamento de dados pessoais é pautado na boa-fé e nos princípios da finalidade, adequação, transparência e segurança, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nosso objetivo é assegurar o respeito à privacidade, intimidade e liberdade de informação de nossos clientes, parceiros, terceiros

e colaboradores. Com a colaboração da empresa Modus DPO, encerramos a implantação do Projeto de LGPD, nesse 1º semestre, permanecendo a nomeação do Sr. Flávio Ibelli Callegari como DPO - Data Protection Officer (Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais). O projeto resultou na criação dos relatórios e plano de Ação para o SGPD (Sistema de Gestão de Proteção de Dados), Estruturação da Matriz de Responsabilidade, na implementação dos Indicadores de Desempenho LGPD – KPIs e na disponibilização do Guia do Colaborador sobre a LGPD.

Esses avanços não apenas fortalecem nossa conformidade com as regulamentações, mas também solidificam nosso compromisso contínuo em salvaguardar os direitos de privacidade e segurança dos dados pessoais de nossos colaboradores, clientes e parceiros.

1.5.3. **Risco Socioambiental e Climático**

Nossa Política de Risco Socioambiental e Climático define os procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle dos riscos relacionados a esses temas em nossas atividades e operações.

As diretrizes dessa política estão alinhadas com nosso Código de Ética e reforçam nosso compromisso com a sociedade, englobando aspectos ligados à promoção dos Direitos Humanos, princípios fundamentais do trabalho, universalização dos direitos sociais e respeito à diversidade nas relações comerciais.

1.6. **Gestão de Pessoas**

Ao final do 1S2023, a ACCREDITO era composta por 24 colaboradores, (3 diretores e 21 colaboradores), sendo 13 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. As idades variavam entre 22 e 72 anos. Quanto à escolaridade, 60% dos colaboradores possuem graduação, 20% têm pós-graduação, 9% possuem MBA, 6% estão cursando graduação e os restantes 5% possuem nível técnico.

1.7. Ouvidoria

1.7.1. Ouvidoria Externa

Nosso canal de Ouvidoria tem como missão garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, relacionadas aos direitos dos clientes. Atuamos como um canal de comunicação transparente, independente e imparcial, fornecendo orientações e gerenciando manifestações. Essa atuação está em total consonância com nossos princípios de Governança Corporativa e visa fomentar a cultura de escuta e justiça.

1.7.2. Canal de Denúncias

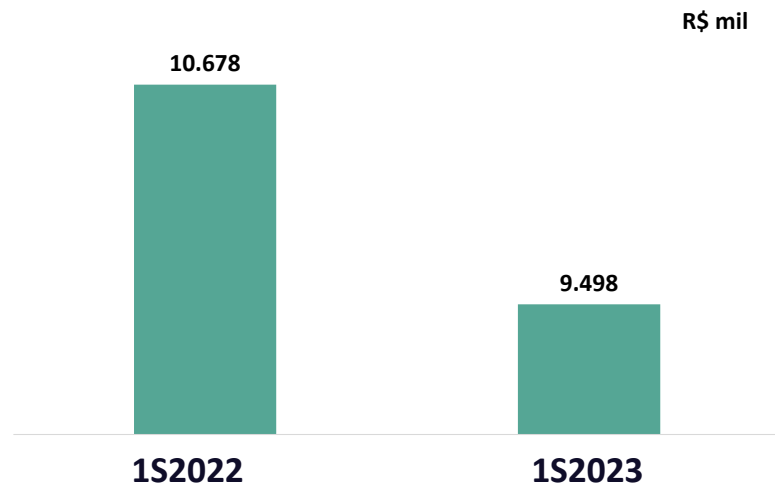
Em nosso site, disponibilizamos um canal para atender demandas específicas relacionadas a casos de descumprimento do Código de Ética e denúncias de ilícitudes, incluindo corrupção. O Canal de Denúncias acolhe informações sobre indícios de irregularidades e permite que as denúncias sejam feitas de forma anônima ou identificada, garantindo a proteção aos denunciantes.

2. Estratégia de Atuação

Nossa estratégia de atuação foi sendo cuidadosamente reorientada ao longo do 1º semestre de 2023, de maneira a otimizar recursos e mitigar riscos operacionais, para operar com agilidade e eficiência na aquisição de direitos creditórios, através de um programa de antecipação a fornecedores em operações de curto prazo. Nosso foco é proporcionar um serviço diferenciado, tendo como risco empresas compradoras (âncoras) baseado em títulos performados originados do próprio sacado.

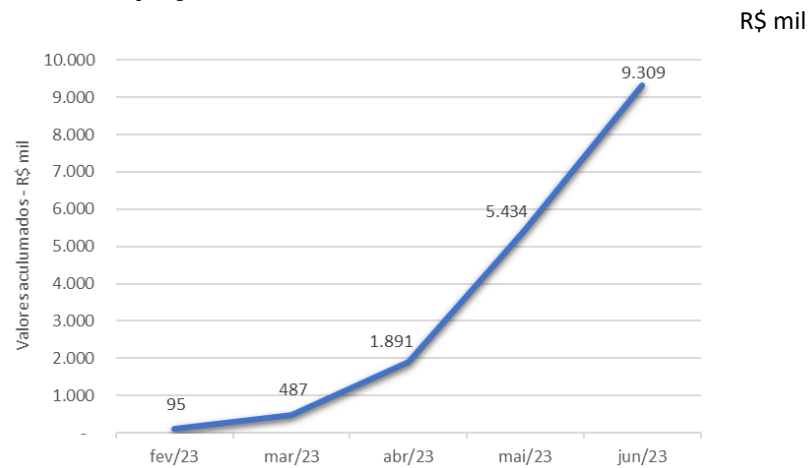
Com essa abordagem, estamos proporcionando aos nossos clientes uma solução financeira dinâmica e vantajosa, permitindo que suas empresas possam manter um fluxo de caixa saudável e fortalecer suas operações comerciais.

2.1. Concessão Operações Parceladas



As concessões de crédito, no 1S2023, foram no montante de R\$ 9,498 MM, representados por 219 operações, com ticket médio de R\$ 43,4 mil.

2.2. Programa Antecipação a Fornecedores



As aquisições de direitos creditórios originadas pelas parcerias com plataformas especializadas em risco sacado, tiveram no 1S2023 um volume de R\$ 9.309 mil.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Aos

Acionistas e Administradores da

ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras

ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomélio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de reais

1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023

A T I V O	NE	30/06/23	31/12/22
CIRCULANTE		38.524	44.312
DISPONIBILIDADES	4	992	1.031
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		15.045	25.463
Títulos e valores mobiliários	5	13.980	25.463
Relações interfinanceiras	6	1.065	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		21.391	17.180
Operações de crédito	7	21.391	17.180
OUTROS ATIVOS		1.096	638
Outros créditos - Diversos	8	1.060	550
Despesas antecipadas		36	88
NÃO CIRCULANTE		9.716	10.821
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.440	9.448
Operações de crédito	7	7.440	9.448
IMOBILIZADO DE USO	9	306	336
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		491 (185)	482 (146)
INTANGÍVEL	10	1.970	1.037
Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)		2.309 (339)	1.307 (270)
TOTAL DO ATIVO		48.240	55.133

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 30 de junho de 2023

PASSIVO	NE	30/06/23	31/12/22
CIRCULANTE		2.014	1.065
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.065	116
Depósitos		1.065	116
OUTROS PASSIVOS		949	949
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		8	9
Fiscais e previdenciárias	11	238	293
Diversas	12	703	647
NÃO CIRCULANTE		-	19
PROVISÕES		-	19
Diversas - Passivos contingentes		-	19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.226	54.049
Capital:	13.a	75.000	75.000
De Domiciliados no país		75.000	75.000
Ajustes de avaliação patrimonial	13.b	(4)	(4)
(Prejuízos acumulados)		(28.770)	(20.947)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.240	55.133

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30/06/203 e 2022

	NE	30/06/23	30/06/22
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.114	4.969
Operações de crédito		3.710	2.628
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.404	2.341
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.927)	(5.124)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(6.927)	(5.124)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.813)	(155)
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(6.010)	(6.711)
Receitas de prestação de serviços		32	43
Despesas de pessoal	14	(3.425)	(2.859)
Outras despesas administrativas	15	(3.885)	(3.270)
Despesas tributárias		(255)	(239)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		19	-
Outras receitas operacionais		1.504	3
Outras despesas operacionais		-	(389)
RESULTADO OPERACIONAL		(7.823)	(6.866)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(7.823)	(6.866)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(7.823)	(6.866)
Nº de ações		75.000	75.000
Prejuízo por ação.....R\$		(104,30)	(91,55)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30/06/203 e 2022

	30/06/23	30/06/22
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(7.823)	(6.866)
RESULTADO ABRANGENTE	-	(6)
Ajustes que serão transferidos para resultados:	-	(6)
Ajuste TVM	-	(6)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(7.823)	(6.872)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30/06/203 e 2022

Semestre de 01/01/23 a 30/06/23				
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVLIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/23	75.000	(4)	(20.947)	54.049
Prejuízo do semestre	-	-	(7.823)	(7.823)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/23	75.000	(4)	(28.770)	46.226
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	(7.823)	(7.823)
Semestre de 01/01/22 a 30/06/22				
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVLIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/22	75.000	(1)	(8.071)	66.928
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(6)	-	(6)
Prejuízo do semestre	-	-	(6.866)	(6.866)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/22	75.000	(7)	(14.937)	60.056
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(6)	(6.866)	(6.872)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Semestres findos em 30/06/203 e 2022

	1º-SEM-23	1º-SEM-22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(7.823)	(6.866)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	108	105
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	6.927	5.124
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	(19)	-
	(807)	(1.637)
Varição de Ativos e Obrigações		
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	8.215	6.412
(Aumento) redução de outros ativos	(7.013)	(5.102)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	949	44
Aumento (redução) em outros passivos	(1)	224
Imposto de renda e contribuição social pagos	(373)	(136)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	970	(195)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(8)	(55)
Inversões líquidas no intangível	(1.001)	(93)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.009)	(148)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(39)	(343)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.031	1.251
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	992	908

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras no semestre findo em 30 de junho de 2023 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “Instituição”) tem sede social em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 43 - Centro, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, e constituída formalmente em 14 de julho de 2020.

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios e a emissão de moedas eletrônicas, nos termos da regulamentação em vigor, bem como a prática dos serviços de análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito de terceiros e distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observadas neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Sociedade realiza atividades somente por meio de plataforma eletrônica, sendo vedada a captação de recursos junto ao público, exceto por aumento de capital com emissão de novas ações. A Associação Comercial de São Paulo, detém 100% das ações e em janeiro de 2021 iniciou as suas atividades operacionais, disponibilizando operações de empréstimos, financiamentos de investimento fixo e antecipação de recebíveis de duplicatas/cartões de crédito, tudo em conformidade com sua política de crédito.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das regras contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, observando-se ainda às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e consideram o curso normal dos negócios da Sociedade. A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente ao valor justo de instrumentos financeiros, efetivo recebimento dos valores referentes as operações de crédito e valor residual do ativo

permanente. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, portanto, a Administração da Sociedade revisa periodicamente essas estimativas e premissas para reduzir os riscos de imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Os resultados estimados não estão sujeitos a sensibilidade futura das estimativas utilizadas, entretanto, os resultados estimados nas demonstrações financeiras, poderão ser modificados se advir novos fatos, notadamente os relacionados a futuras modificações dos percentuais de inadimplência. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação, não havendo ativos ou passivos sujeitos a variação cambial. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 16 de agosto de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) **Apuração do resultado**

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b) **Disponibilidades**

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) **Instrumentos financeiros**

- **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda nos termos da Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil. Estão avaliados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado contabilizados no patrimônio líquido e tratados como resultados abrangentes. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.
- **Operações de crédito :** Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição

de direitos creditórios. Estão classificadas por rating nos termos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência. Todas as operações foram originadas na plataforma eletrônica da Sociedade não havendo operações de cessão de créditos.

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nº 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Programa de Integração Social – PIS	Até 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Até 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

A Sociedade apresentou prejuízo fiscal por estar no início das operações e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos crédito tributário sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. Em razão de não haver bens de valor relevante, foram adotadas vida útil e valores residuais médios para o conjunto de bens conforme sua natureza.

h) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

4. Disponibilidade

Referem-se ao total de saldo registrados em disponibilidades e em aplicações interfinanceiras de liquidez. As disponibilidades são compostas pelo disponível de fundo de caixa, depósito bancário à vista e conta de liquidação mantida no Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2023 a Sociedade não possuía saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez (R\$ 1.027 em 31 de dezembro de 2022 referente à aplicação em Letras do Tesouro Nacional realizada em 31 de dezembro de 2022, com compromisso de revenda para 2 de janeiro de 2023, reconhecida pelo valor da aplicação acrescido do rendimento pro rata); R\$ 990 de depósito bancário (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 2 de reservas bancárias (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022).

5. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

	30/06/2023	31/12/2022
Carteira Própria	12.475	25.463
Certificados de Depósitos Bancários	6.641	18.571
Letras Financeiras do Tesouro	5.834	6.892
Vinculados a prestação de garantia	1.505	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.505	-
Total	<u>13.980</u>	<u>25.463</u>

Os certificados de depósitos bancários rendem 104% da variação do CDI, e estão livres para resgate imediato.

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 30/06/2023			
Circulante			
Certificado Dep. Bancário	16/08/2024	6.641	6.641
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	7.343	7.339
Total Geral		13.984	13.980
Em 31/12/2022			
Circulante			
Certificado Dep. Bancário	16/08/2024	18.571	18.571
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	6.895	6.892
Total Geral		25.466	25.463

6. Relações interfinanceiras

Referem-se ao total de saldo de depósito para operações com PIX mantidas sob custódia no Banco Central do Brasil.

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos compulsórios PIX - BACEN	1.065	-
Depósito Bacen Recursos de Credores PIX	1.065	-
Total	1.065	-

7. Operações de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas						
Jurídicas	22.306	21.427	7.956	9.934	30.262	31.361
Financiamentos de Capital						
Fixo para Pessoas Jurídicas	1.310	809	1.720	1.390	3.030	2.199
Aquisição de Direitos						
Creditórios - Jurídica	6.341	1.085	-	-	6.341	1.085
Total	29.957	23.321	9.676	11.324	39.633	34.645

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	(7.715)	(5.295)	(1.931)	(1.813)	(9.646)	(7.108)
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	(383)	(155)	(305)	(63)	(688)	(218)
Aquisição de Direitos Creditórios - Jurídica	(468)	(691)	-	-	(468)	(691)
Provisão total	(8.566)	(6.141)	(2.236)	(1.876)	(10.802)	(8.017)
Total Geral	21.391	17.180	7.440	9.448	28.831	26.628

Classificação das operações de crédito por nível de risco:

a) Ativo circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
A	7.516	9.311	426	365	4.895	35	12.837	9.711
B	3.564	3.598	319	258	1.009	72	4.892	3.928
C	1.291	1.406	74	-	2	56	1.367	1.462
D	1.157	925	0	8	0	-	1.157	933
E	758	835	95	38	0	334	853	1.207
F	1.035	786	99	-	0	-	1.134	786
G	809	440	0	6	0	-	809	446
H	6.176	4.126	297	134	435	588	6.908	4.848
Total	22.306	21.427	1.310	809	6.341	1.085	29.957	23.321

b) Ativo não circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
A	2.736	4.165	674	596	-	-	3.410	4.761
B	1.873	2.392	512	690	-	-	2.385	3.082
C	615	670	70	-	-	-	685	670
D	582	563	0	-	-	-	582	563
E	245	299	176	70	-	-	421	369
F	225	363	93	-	-	-	318	363
G	147	207	0	3	-	-	147	210
H	1.533	1.275	195	31	-	-	1.728	1.306
Total	7.956	9.934	1.720	1.390	-	-	9.676	11.324

c) Total

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
A	10.252	13.476	1.100	961	4.896	35	16.248	14.472
B	5.437	5.990	831	948	1.009	72	7.277	7.010
C	1.905	2.075	144	-	2	56	2.051	2.131
D	1.739	1.488	0	8	0	-	1.739	1.496
E	1.003	1.134	271	109	0	334	1.274	1.577
F	1.260	1.149	192	-	0	-	1.452	1.149
G	956	647	0	9	0	-	956	656
H	7.710	5.402	492	164	434	588	8.636	6.154
Total	30.262	31.361	3.030	2.199	6.341	1.085	39.633	34.645

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2023			31/12/2022		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	10.252	0,5%	51	13.476	0,5%	67
B	5.437	1,0%	54	5.990	1,0%	60
C	1.905	3,0%	57	2.075	3,0%	62
D	1.739	10,0%	174	1.488	10,0%	149
E	1.003	30,0%	301	1.134	30,0%	340
F	1.260	50,0%	630	1.149	50,0%	575
G	956	70,0%	669	647	70,0%	453
H	7.710	100,0%	7.710	5.402	100,0%	5.402
Total	30.262		9.646	31.361		7.108

b) Financiamento de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2023			31/12/2022		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	1.100	0,5%	7	961	0,5%	5
B	831	1,0%	8	948	1,0%	9
C	144	3,0%	4	-	3,0%	-
D	-	10,0%	-	8	10,0%	1
E	271	30,0%	81	109	30,0%	33
F	192	50,0%	96	-	50,0%	-
G	-	70,0%	-	9	70,0%	6
H	492	100,0%	492	164	100,0%	164
Total	3.030		688	2.199		218

c) Aquisição de direitos creditórios de Pessoas Jurídicas

Rating	30/06/2023			31/12/2022		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	4.896	0,5%	24	35	0,5%	-
B	1.009	1,0%	10	72	1,0%	1
C	2	3,0%	-	56	3,0%	2
D	-	10,0%	-	-	10,0%	-
E	-	30,0%	-	334	30,0%	100
F	-	50,0%	-	-	50,0%	-
G	-	70,0%	-	-	70,0%	-
H	434	100,0%	434	588	100,0%	588
Total	6.341		468	1.085		691

Concentração das operações de crédito:

Percentual em relação ao total das operações de crédito

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos de capital de giro - Pessoas				
Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	28	27	0,1%	0,1%
Maior devedor	136	104	0,4%	0,3%
Menor devedor	-	1	0,0%	0,0%
Financiamentos de capital fixo - Pessoas				
Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	58	48	1,6%	2,2%
Maior devedor	271	195	7,7%	8,9%
Menor devedor	1	1	0,0%	0,0%
Aquisição de direitos creditórios - Pessoas				
Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	53	15	0,7%	1,4%
Maior devedor	876	206	12,3%	19,0%
Menor devedor	-	2	0,0%	0,2%
Concentração por quantidade de clientes		30/06/2023	%	
10 maiores devedores		3.820	7,85%	
20 maiores devedores		5.580	11,47%	
50 maiores devedores		9.004	18,51%	
100 maiores devedores		13.348	27,44%	

O limite máximo para os empréstimos de capital de giro é de R\$ 125, e para financiamentos de capital fixo é de R\$ 250 e financiamentos de exportação pré-embarque é de R\$ 300. O vencimento mais longo dos contratos de empréstimos é em 28 de outubro de 2027.

Classificação das operações de crédito por faixa de vencimento:

	Empréstimo de Capital de Giro 30/06/2023	Empréstimo de Capital de Giro 31/12/2022	Financiamento de Capital Fixo 30/06/2023	Financiamentod e Capital Fixo 31/12/2021	Aquisição de Direitos Creditórios 30/06/2023	Aquisição de Direitos Creditórios 31/12/2022	Total 30/06/2023	Total 31/12/2022
Vencidas:								
Mais de 180 dias	830	791	9	5	394	546	1.233	1.342
De 91 a 180 dias	1.271	879	31	8	39	89	1.341	976
De 61 a 90 dias	576	396	21	5	-	143	597	544
De 31 a 60 dias	672	505	32	5	2	139	706	649
Até 30 dias	854	794	38	18	503	70	1.395	882
Total Vencido	4.203	3.365	131	41	938	987	5.272	4.393
A vencer:								
Até 30 dias	1.866	1.655	79	52	2.913	75	4.858	1.782
De 31 a 60 dias	1.652	1.724	79	30	1.165	23	2.896	1.777
De 61 a 90 dias	1.653	1.747	76	38	1.092	-	2.821	1.785
De 91 a 180 dias	4.763	4.800	290	165	233	-	5.286	4.965
De 181 a 360 dias	8.169	8.136	655	483	-	-	8.824	8.619
Total Ativo Circulante	18.103	18.062	1.179	768	5.403	98	24.685	18.928
De 361 a 720 dias	7.461	8.859	1.129	865	-	-	8.590	9.724
Acima de 721	495	1.075	591	525	-	-	1.086	1.600
Total Ativo Não Circulante	7.956	9.934	1.720	1.390	-	-	9.676	11.324

Operações de crédito por atividade econômica:

Atividade	30/06/2023	31/12/2022
Comercio	16.376	15.497
Industria de transformação	3.773	4.199
Serviços referente as atividades profissionais, científicas e técnicas	4.032	2.941
Atividades administrativas e serviços complementares	3.186	2.682
Alojamento e alimentação	2.184	2.012
Construção civil	1.900	1.546
Informação e comunicação	3.330	1.315
Educação	1.375	1.264
Transporte, Armazenagem e Correio	804	1.031
Outras Atividades de Serviços	874	900
Saúde humana e serviços sociais	861	563
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	692	304
Artes, cultura, esporte e recreação	169	209
Atividade imobiliária	38	132
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	33	40
Serviços Domésticos	6	10
Total	39.633	34.645

Os juros referentes ao primeiro semestre de 2023, totalizaram R\$ 3.710 (R\$ 2.628 no semestre findo em 30 de junho de 2022), e estão contabilizados em rendas de operações de crédito.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	8.017	2.245
Provisão constituída no período	6.927	10.269
Reversões para baixa com prejuízo	(4.142)	(4.497)
1.Saldo final do período	<u>10.802</u>	<u>8.017</u>

8. Outros créditos

	31/06/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a compensar (a)	865	468
Outros:		
Adiantamentos e antecipações salariais	72	8
Devedores diversos no país	123	74
Total	<u>1.060</u>	<u>550</u>

(a) Os impostos e contribuições a compensar referem-se a imposto de renda retido sobre rendimento nos resgates de aplicações em títulos de renda fixa R\$ 492 (R\$ 82 em 31 de dezembro de 2022) e ao imposto de renda a ser retido sobre os rendimentos incorridos até 30 de junho de 2023 no montante de R\$ 373 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2022).

9. Imobilizado de uso

	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 30/06/2023	Saldo Líquido em 31/12/2022
Mobiliário	187	10%	(50)	137	147
Equipamento de Proc.de Dados	281	20%	(127)	154	173
Outros equipamentos	23	20%	(8)	15	16
Total	<u>491</u>		<u>(185)</u>	<u>306</u>	<u>336</u>

10. Intangível

	Custo de Aquisição	Taxa de Amortização	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 30/06/2023	Saldo Líquido em 31/12/2022
Outros ativos intangíveis:					
Sistemas de processamento de dados próprios adquiridos	1.070	10%	(121)	949	972
Sistemas de processamento de dados de terceiros contratados ^(a)	239	33,33%	(218)	21	65
Marca Accredito ^(b)	1.000	-	-	1.000	-
Total	2.309		(339)	1.970	1.037

(a) Referem-se a direitos sobre sistemas de processamento de dados adquiridos pela Sociedade, desenvolvidos para utilização da plataforma de empréstimos e financiamentos e para implantação de conta digital. Serão amortizados pelo prazo esperado para a utilização da plataforma digital, sendo os sistemas adquiridos 120 meses e os sistemas contratados pelo prazo do contrato, em média de 36 meses, a partir de janeiro de 2021, data de início efetivo das operações da Sociedade.

(b) Refere-se a marca ACCredito adquirida da FACESP – Federação das Associações Comerciais, registrada pelo valor de aquisição e com vida útil indeterminada, em 18 de abril de 2023.

11. Depósitos

Conta de pagamento pré-paga	30/06/2023	31/12/2022
Contas de emissão de moeda eletrônica	1.065	116
Total	1.065	116

12. Obrigações fiscais correntes e diferidas

Impostos e contribuições a recolher:	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	13	12
Impostos e contribuições sobre salários	179	228
Outros impostos e contribuições	46	53
Total	238	293

13. Provisões

Provisão para pagamentos a efetuar:	30/06/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal a pagar (a)	454	290
Despesas administrativas a pagar	187	113
Auditoria	12	23
Outros pagamentos	50	221
Total	703	647

(a) A provisão para despesas de pessoal a pagar refere-se a provisão de férias dos empregados e respectivos encargos sociais.

14. Patrimônio líquido (cotas em unidades)

a) Capital social

O capital social de R\$ 75 milhões está composto por 75 mil ações, subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se a ajustes ao valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Em 30 de junho de 2023 não foram constituídos ajustes, restando R\$ 4 que corresponde a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos títulos públicos. Em 30 de junho de 2022 foram constituído o ajuste de R\$ 6, restando R\$ 7.

15. Operações de Crédito

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas com empréstimos	2.945	2.460
Rendas com direitos creditórios	289	69
Rendas de financiamento	476	99
Total	3.710	2.628

16. Despesas de pessoal

	30/06/2023	30/06/2022
Honorários da diretoria e conselho de administração	(805)	(815)
Proventos	(1.351)	(1.004)
Encargos sociais	(627)	(511)
Benefícios	(614)	(524)
Treinamento	(17)	(2)
Remuneração de estagiário	(11)	(3)
Total	(3.425)	(2.859)

17. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Aluguel	(66)	(66)
Comunicação	(27)	(20)
Manutenção de bens	(19)	(16)
Material consumido	(12)	(11)
Processamento de dados	(1.379)	(793)
Promoções e relações públicas	(127)	(46)
Propaganda e publicidade	(549)	(758)
Publicações	-	(4)
Serviços do sistema financeiro	(536)	(467)
Serviços de terceiros	(74)	(88)
Serviços técnicos especializados	(721)	(712)
Transporte	(32)	(19)
Viagens	(22)	(29)
Depreciações e amortizações	(108)	(105)
Outras despesas administrativas	(213)	(136)
Total	<u>(3.885)</u>	<u>(3.270)</u>

18. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.479	-
Outras receitas operacionais	25	3
Total	<u>1.504</u>	<u>3</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(7.823)	(6.866)
Adições de despesas não dedutíveis	22	42
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.927	5.124
Recuperação de Créditos Baixado como prejuízo	(1.479)	-
Contingências Cíveis	(19)	-
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(2.372)	(1.700)
(-) 30% de compensação de prejuízos fiscais	-	-
Total da base de cálculo do IRPJ e CSLL	(2.372)	(1.700)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 30 de junho de 2023 a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 10.348, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional não terem sido atendidos.

20. Gerenciamento de riscos

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos.

Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- **Conselho de Administração:** órgão de decisão superior responsável pela orientação estratégica da Sociedade, composto por 4 (quatro) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado seu Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição;
- **Diretoria Executiva:** que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas e processos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Presidente; um Diretor de Operações e de Tecnologia da Informação com atribuições específicas para matérias relacionadas às questões administrativas e tecnologia da informação e um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições para matérias, financeiras, contábeis e de gestão de carteira de crédito;
- **Conselho Fiscal:** composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato anual, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os principais riscos monitorados são:

- **Risco de crédito:** é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito. Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes,

políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

- **Risco de mercado:** traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.
- **Risco de liquidez:** está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.
- **Risco social, ambiental e climático:** Entende-se como risco social Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. A avaliação do risco social, Ambiental e Climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais. Por conta do escopo de atuação da ACCREDITO, que é originação de operações de crédito para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo, os riscos socioambientais e climático são avaliados como remotos para a concessão das operações de crédito da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas. A abordagem de gerenciamento de Risco Operacional adotada é o modelo de três linhas de defesa:

- **Primeira Linha de Defesa:** representada pelos gestores das áreas onde o processo ocorre. São responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e/ou aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias necessárias;
- **Segunda Linha de Defesa:** representada pelas Diretorias responsáveis pelas áreas operacionais e de TI, tem a responsabilidade de orientar a primeira linha na identificação de riscos e sua mitigação, avaliar a qualidade do ambiente de controle na primeira linha e atuar de forma corretiva, determinando revisão de processos ou novos controles à primeira linha de defesa;
- **Terceira Linha de Defesa:** Cabe à Auditoria Interna este papel. Esta, é responsável pela avaliação de todos os elementos, de qualquer linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e controles e o alcance dos objetivos esperados.

21. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações com partes relacionadas

No semestre findo em 30 de junho 2023, a Sociedade realizou pagamentos de aluguéis do imóvel de sua sede social para a acionista Associação Comercial de São Paulo, à valores de mercado, no montante de R\$ 66 (R\$ 66 em 30 de junho de 2022), reembolsou as despesas de limpeza realizadas por empresa contratada pela acionista no montante de R\$ 14 (R\$ 16 em 30 de junho de 2022) e pagamentos referentes a comissões pela prospecção de clientes no montante de R\$ 48 (R\$ 0 em 30 de junho de 2022). Não existem outras transações com parte relacionada.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

No semestre findo em 30 de junho de 2023 houve pagamento de honorários aos administradores da Instituição no montante de R\$ 804 (R\$ 815 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

22. Demandas judiciais

Durante o semestre a Sociedade é autora em ações judiciais que têm por objeto o recebimento de operação de crédito concedida. Foram provisionados no exercício de 2022, o montante de R\$ 19, referente a passivos contingentes de processos judiciais de natureza civil, correspondente a verbas de sucumbências processuais, devido a risco de perda possível. No primeiro semestre de 2023 esses processos foram revertidos. Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não existiam processos considerados como risco de perda possível.

23. Resultado não recorrente

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 inexistem resultado não recorrente.

24. Análise de sensibilidade

Considerando seu perfil, todas as operações ativas estão protegidas da variação de taxa de juros, tendo as aplicações financeiras, possibilidade de resgate imediato. As operações de Capital de Giro pré-fixadas, têm suas taxas fixadas pela composição da taxa de juros definidas pelos juros fixos pré-fixados, capitalizados com as taxas definidas pela curva DI x Pré, constituída a partir dos preços de vencimentos de contratos futuros negociados na B3, sendo praticadas na média de 3,07% ao mês.

25. Outros assuntos

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021 e a Resolução BCB nº 219 de 30 de março de 2022, que estabelecem conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade hedge) pelas instituições financeiras, a partir de 01 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho de Administração aprovou em 15 de dezembro de 2022, a metodologia a ser aplicada na Política de Provisão para Risco, conforme segue:

Política de Provisão para Risco – Resolução CMN nº 4.966/2021

1) Aplicações Financeiras

A alocação dos recursos disponíveis no caixa está prevista na política de risco, que compreende a realização de operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e/ou aquisição de títulos privados de instituições financeiras de primeira linha com rentabilidade vinculada ao CDI, que acompanha a taxa básica de juros – Selic. Dada a natureza da alocação

dos recursos, não faremos provisão de risco para perdas, visto que os títulos são marcados a mercado diariamente, portanto seus valores de faces são ajustados periodicamente.

2) Carteira de Crédito

Manter os atuais critérios de classificação das concessões de crédito e as regras para constituição de provisão para perdas esperadas, associadas ao risco de crédito, contidas na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, com critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando a relação do devedor e suas garantias, bem como a finalidade do crédito e as características das garantias, particularmente quanto a sua suficiência e liquidez, com aplicação de percentuais sobre os saldos das operações de crédito, classificados por “rating operação” conforme os níveis a seguir:

Risco Nível	Percentuais
AA	0%
A	0,5%
B	1%
C	3%
D	10%
E	30%
F	50%
G	70%
H	100%

26. Eventos subsequentes

Após o encerramento do semestre 30 junho de 2023 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras que requeressem divulgações.

A DIRETORIA

Reinaldo Dantas
Contador
CRC 1SP110330/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao 1º semestre/2023, e à vista do Relatório de Auditores Independentes, manifestaram parecer positivo para os referidos documentos.

São Paulo, 23 de agosto de 2023

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao 1º semestre/2023, e à vista da opinião dos Auditores Independentes e do parecer positivo do Conselho Fiscal, recomendando a este Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do 1º semestre/2023 e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 29 de agosto de 2023

CONSELHO FISCAL:

ANTONIO CARLOS PELA
CARLOS MONTEIRO
MARCEL DOMINGO SOLIMEO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LUIZ ROBERTO GONÇALVES (Presidente)
ALFREDO COTAIT NETO
NILTON MOLINA
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

DIRETORIA:

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS (Presidente)
LUIZ NOBORU SETO
GILBERTO FIORAVANTE

CONTADOR:

REINALDO DANTAS
CRC 1SP11033/O-6



www.accredito-scd.com.br
Rua Boa Vista, 43
4º andar - Centro
São Paulo/SP - CEP 01014-911
Tel.: +55 11 3188-3410